

A revolta dos índios de Reritiba: conflitos e disputas políticas em um aldeamento do Espírito Santo (1742-1758)

Luís Rafael Araújo Corrêa

Universidade Federal Fluminense
Niterói - Rio de Janeiro - Brasil
luisrafael.br@gmail.com

Resumo: O presente artigo tem como objetivo analisar a revolta dos índios ocorrida no aldeamento de Reritiba, Espírito Santo, em meados do século XVIII. Considerando o protagonismo indígena, a conturbada relação entre os índios e os missionários, bem como a interação do aldeamento com a sociedade envolvente, busca-se desvendar a complexa realidade que propiciou o conflito.

Palavras-chave: Revolta indígena. Espírito Santo. Jesuítas.

Introdução

Nas duas primeiras décadas do século XVIII, o caso do índio Miguel Pestana dava sinais de que as desavenças entre os aldeados e os inacianos eram parte do dia-a-dia da aldeia capixaba de Reritiba. Nascido e criado na célebre missão onde o padre José de Anchieta viveu os seus últimos dias, Miguel e sua esposa Ângela costumavam fugir com frequência do aldeamento por não quererem obedecer aos inacianos. Isso se devia, em grande parte, a dificuldade que tinham em seguir o *modus vivendis* apregoado pelos padres, de modo que o casal, guiado por um catolicismo construído à luz da realidade indígena no aldeamento e segundo suas próprias experiências cotidianas, não seguia fielmente os ensinamentos dos jesuítas, sendo este um frequente motor de discórdias.

Frente à rigidez por vezes empregada pelos padres nas missões, é compreensível que a fuga, mesmo que temporária, tenha surgido como uma possibilidade extrema para aliviar as diversas discordâncias cotidianas. Neste caso, se a rotina por vezes sufocante deveria discontentá-los, há de se dizer também que os castigos apregoados pela pedagogia jesuítica provavelmente despertavam temor suficiente para que Miguel e sua companheira deixassem a aldeia por algum tempo.

Insatisfeitos com a vida regrada que os missionários tentavam impor, os dois iam e vinham entre Reritiba e o seu entorno, abrindo espaço para que mantivessem relações com

peças de fora e interagissem com crenças ou práticas reprovadas pelos padres. Provavelmente, Miguel e Ângela buscavam fora de Reritiba a liberdade que os superiores da aldeia tanto cerceavam: novas vivências e experiências. Em uma dessas fugas, inclusive, Miguel teve contato com uma carta de tocar, escrito considerado mágico por seus usuários e recorrente na religiosidade popular da América portuguesa, mas condenado pela ortodoxia católica. O superior da aldeia, tendo o surpreendido com a carta, mandou queimá-la, demonstrando a sua reprovção. O relacionamento turbulento só teve um desfecho quando o casal decidiu abandonar de vez o aldeamento e rumar para o Rio de Janeiro, de certo em busca de uma nova vida sem os limites de então¹. Um claro exemplo, portanto, da complexa dinâmica das relações sociais existente nos aldeamentos, tão bem observado por Almeida (2003) na capitania do Rio de Janeiro e do papel ativo que os aldeados desempenharam na interação com os missionários, o que Pompa (2003) habilmente evidenciou.

Miguel e sua mulher, porém, não seriam os únicos a divergirem da direção dos jesuítas. Ao que tudo indica, a tensão existente em Reritiba quanto à administração inaciana ia muito além do casal em tela, tendo atingido o ápice alguns anos depois de Miguel Pestana ter abandonado definitivamente o aldeamento. A partir de uma revolta de grande proporção ocorrida em Reritiba, é possível perceber que essa era uma questão bem mais ampla e que certamente se arrastava há anos em um complicado processo de desgaste em tal relação conjugado a confluência de diferentes interesses quanto ao aldeamento.

Raízes da Revolta

Quando realizou um balanço sobre a experiência missionária na aldeia de Reritiba, Serafim Leite (2000), que muito se dedicou ao estudo da Companhia de Jesus na América portuguesa, enfatizou que ela foi acima de tudo pacífica, feliz e próspera. A aldeia teria se destacado pelo grande movimento catequético e pela participação ativa dos índios nas atividades religiosas ocorridas na igreja, muito frequentada pelos aldeados. Aos seus olhos, é bem provável que o caso de Miguel Pestana fosse encarado como atípico e singular – uma história que contrariaria os padrões costumeiramente associados aos índios aldeados em virtude da insubordinação, de influências culturais estranhas à evangelização e das fugas. Não muito diferente, aliás, da consideração que fez em relação à sublevação indígena

¹ Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Inquisição de Lisboa, processo nº 6982, p.37-38.

ocorrida no mencionado aldeamento em meados do século XVIII: uma mera exceção que abalou temporariamente o dia-a-dia da povoação (LEITE, 2000, p. 146).

Discordo, no entanto, deste ponto de vista. Acredito que a realidade de Nossa Senhora da Assunção de Reritiba, a exemplo de outros aldeamentos na América portuguesa, foi bem mais complexa do que a análise de Leite, marcada pela parcialidade de um autor que também pertencia à dita ordem, supõe. Ao invés de serem meros objetos da ação missionária empreendida pelos jesuítas, há de se ressaltar, acima de tudo, que os interesses, as possibilidades e as relações dos índios aldeados iam além dos limites da própria missão.

Neste sentido, autores como Cristina Pompa (2003), Charlotte de Castelnuovo-L'Etoile (2006), José Eisenberg (2000), Adone Agnolin (2007) e Alfredo Bosi (1993) fornecem contribuições essenciais ao destacarem a ideia de mediação ao invés de imposição quanto ao processo de evangelização, o que tem permitido perceber não apenas o protagonismo indígena como também adaptações resultantes da interação entre missionários e índios. No caso de Reritiba, embora reconheça que as fontes sobre o aldeamento sejam escassas e expressem principalmente a perspectiva dos inacianos, penso que a mencionada sublevação, entendida por Serafim Leite como um ponto fora da curva na história desta povoação indígena, muito tem a oferecer sobre o cotidiano da aldeia.

Quanto a isto, não podemos deixar de lembrar que os imprescindíveis referenciais teóricos e metodológicos provenientes do diálogo entre a História e a Antropologia, traço fundamental da Nova História Indígena, nos conduzem a diferentes possibilidades de análise². Ao sujeitarmos as fontes à crítica e aos questionamentos adequados, reconhecendo que elas são produzidas a partir de contextos e situações que ao invés de unilaterais eram dinâmicas e plurais, é possível captar, mesmo nas entrelinhas dos registros e das correspondências oficiais, não só a movimentação dos índios aldeados, como também a lógica de suas ações em um cenário que se mostrava mais aberto e acessível do que os missionários gostariam. É exatamente o que pretendemos aqui.

Na ocasião da revolta, o que tinha tudo para ser apenas uma data comemorativa se transformou em um grave conflito. Era 29 de setembro de 1742, dia de festa em homenagem a São Miguel, como costumava acontecer todos os anos nesta época. Mas nem tudo saiu como planejado. Ao final da celebração, um estudante da Companhia de Jesus chamado Manuel Alves teria repreendido o índio Fernando Silva pelo seu comportamento

² Como destaca Monteiro (1995, p. 227), a proposta dessa nova história indígena passa a ser, então, "recuperar o papel histórico de atores nativos na formação das sociedades e culturas do continente", repensando o "significado da história a partir da experiência e da memória das populações que não registraram – ou registraram pouco – seu passado através da escrita".

inconveniente durante a solenidade. Insatisfeito com a crítica, o índio acabou agredindo o estudante, que reagiu da mesma maneira, ferindo o tal Fernando “com um pau que apanhou na portaria do Colégio” (LAMEGO, 1913, p. 60). O incidente não passou despercebido entre os demais índios, tendo sido o suficiente para inflamar os ânimos de vários dos habitantes da aldeia e instaurar um clima de tensão em Reritiba. Nem mesmo o afastamento do noviço Manuel Alves acalmou a situação.

Ao saber da inquietação que grassava no aldeamento, o padre Manuel de Siqueira, então provincial da Companhia e que se encontrava em Vitória na ocasião, decidiu afastar os padres que dirigiam a povoação como uma tentativa de apaziguar a contenda que se esboçava. Os padres Nicolau Rodrigues e Manuel Leão foram substituídos por Francisco de Lima e Pedro Reigoso, procedentes da residência dos Goitacazes³. A recepção dos novos missionários, porém, foi marcada por hostilidades e resistência dos índios aldeados. Esta turbulência acabou forçando a saída dos religiosos recém-chegados, tendo o padre Francisco de Lima encontrado abrigo na fazenda de Muribeca.

A situação, que parecia irremediável, só foi momentaneamente resolvida com a intervenção do padre Antonio Siqueira de Quental, então arcediogo da catedral do Rio de Janeiro. O dito padre, que era vizinho do aldeamento, agiu como mediador neste litígio, se esforçando para convencer os índios a aceitarem o retorno dos jesuítas. Após as negociações, a maior parte dos aldeados concordou com a volta dos missionários desde que os rebeldes não fossem castigados. Estabelecido este compromisso, os padres Francisco de Lima e Pedro Reigoso foram novamente recebidos pelos índios em Reritiba no dia 24 de janeiro de 1743, desta vez sem oposição (LAMEGO, 1913, p. 60).

Contudo, nem todos aceitaram a trégua proposta. Antes do retorno dos jesuítas, um grupo de índios que contava com o apoio do ouvidor-corregedor da capitania do Espírito Santo, o doutor Paschoal Ferreira de Veras, se dirigiu até a vila de São Salvador, na Paraíba do Sul, onde o magistrado se encontrava exercendo a sua função. Lá, o ouvidor nomeou o indígena Manuel Lobato como o novo capitão-mor de Reritiba e designou outros índios do grupo para diferentes ofícios na aldeia, ordenando ainda que os padres fossem retirados da povoação. Com o aval do ouvidor, o grupo retornou para a aldeia no dia 26 de janeiro, apenas dois dias após os missionários darem entrada em Reritiba pela segunda vez. Dispostos a fazerem valer as ordens de Paschoal de Veras, os índios revoltosos ingressaram na aldeia armados e prontos para expulsarem os jesuítas à força caso fosse necessário⁴. O resultado seria um sangrento confronto que teve a aldeia como palco principal.

³ Arquivo Histórico Ultramarino, Espírito Santo, cx.03, doc.241.

⁴ Arquivo Histórico Ultramarino, Espírito Santo, cx.03, doc.241.

Uma observação relevante e imediata a se fazer está relacionada à posição dos índios frente aos acontecimentos supracitados. Esta questão, como não poderia deixar de ser, dá margem a diferentes interpretações. Neste sentido, vale citar a análise feita por Serafim Leite (2000, p. 147) sobre o incidente em foco. De acordo com ele, tudo começou com um fato insignificante e indispensável, sem mais consequências. E assim seria se “pessoas estranhas à aldeia não o envenenassem logo, produzindo efervescência entre os índios”. Para o autor, o grande problema estava na influência externa a qual os índios estavam sujeitos, argumento que ele novamente ressalta quando afirma que “mal aconselhados, alguns índios receberam os novos padres com hostilidade”. No que se refere a estas considerações, há de se salientar que, apesar da importância de Leite para os estudos referentes à Companhia de Jesus ser inegável, é impossível deixar de notar a passividade que o autor atribui aos índios aldeados em suas ponderações. Desprovidos de interesses ou motivações próprias, os indígenas se limitaram a reagir a estímulos externos, como se fossem incapazes de agir sem contar com algum direcionamento, seja ele levado a cabo pelos missionários ou mesmo por pessoas estranhas que Leite, interessado em realçar o êxito da Companhia de Jesus, não chega a definir com clareza. Um ponto de vista, enfim, que desconsidera o protagonismo indígena.

Obviamente não pretendo aqui seguir pelo caminho inverso, isto é, ignorar o peso das interações com as pessoas de fora do aldeamento. Pelo contrário: acredito que as relações entre as aldeias e o mundo colonial foram mais frequentes e decisivas para os índios do que se costuma afirmar, o que a historiografia começa a observar (ALMEIDA, 2003, p. 231-241). No entanto, penso que é necessário também trazer à tona os diferentes interesses que orientaram as ações dos aldeados, considerando assim o ponto de vista destes indivíduos. Mais do que vítimas passivas, os indígenas foram agentes históricos conscientes que procuraram atuar dentro da margem de ação que dispunham. Partindo deste pressuposto, seria incoerente supor que a revolta em questão foi um produto unicamente de interesses impostos de fora para dentro. Por outro lado, quando se atenta para o episódio inicial que desencadeou os problemas em Reritiba, é possível começar a conjecturar sobre as motivações daqueles que fizeram a revolta. Neste caso é bem provável que as agressões mútuas envolvendo o estudante da Companhia e o índio Fernando Silva tenham sido mais do que um desentendimento isolado ou insignificante. Esta desavença, originada a partir das exigências expostas pelo minorista, deve ter representado o ponto crítico da insatisfação de boa parte dos índios quanto ao rigor e às obrigações que os missionários se esforçavam para fazer valer em Reritiba. Insatisfação, aliás, que já existia no aldeamento desde os tempos em que o índio Miguel Pestana lá vivia, não constituindo, portanto, uma novidade.

Sobre isto, há de se pontuar também que a solidariedade demonstrada pelos demais aldeados ao incidente ocorrido com o índio Fernando de certo aponta para uma insatisfação que ia além de casos específicos. Provavelmente, fatores como a rigidez cotidiana, os excessos dos padres e as duras exigências do trabalho compulsório muito contribuíram para a animosidade dos índios em relação aos missionários. Quanto a isto, é indispensável destacar que tal descontentamento não se direcionava apenas aos padres que administravam a aldeia de Reritiba naquela ocasião. Ao receberem com hostilidade os novos missionários escolhidos pelo provincial da Companhia, os índios deram um claro recado de que o problema estava na forma como a povoação era administrada. Aparentemente houve naquele momento um movimento com alguma coesão e que almejava concretizar um interesse comum aos aldeados.

Não podemos esquecer que, até a trégua obtida mediante os esforços do padre Quental, os índios mantiveram o levante por quase quatro meses, sendo este um indicativo de que existia um objetivo a ser alcançado. Neste sentido, embora as fontes não forneçam detalhes a respeito da negociação intermediada por Quental, não seria um exagero presumir que os índios tenham obtido mais do que a garantia de não serem punidos pela participação na revolta. Ao mesmo tempo em que eles legitimaram a manifestação evitando qualquer castigo, os índios certamente conseguiram também causar receio e preocupação aos padres, o que deve ter sido suficiente para estimular os missionários a tomarem mais cuidado na administração do aldeamento e na relação com os seus tutelados. Enxergando o episódio a partir desta perspectiva parece plausível supor que os indígenas não mediram esforços na luta pelos seus interesses. E, mais do que isso, ao ponderarmos que eles foram capazes de forçar uma negociação, não restam dúvidas quanto à relevância dos mesmos enquanto agentes históricos.

Todavia, é importante salientar que os aldeamentos eram espaços políticos heterogêneos nos quais atuavam diferentes atores sociais, estando por isso sujeitos a disputas, divergências e dissensões internas. Mais do que um conjunto monolítico e uniforme, os índios aldeados se diferenciavam de acordo com o lugar social que ocupavam em suas povoações, o que logicamente pressupunha interesses e motivações distintas correspondentes a esta posição. As intensas disputas ocorridas na aldeia de Mangaratiba, no Rio de Janeiro, constituem um exemplo importante neste sentido (ALVEAL, 2002). No caso de Reritiba a realidade não era diferente e isso pode ser muito bem observado no episódio em questão. Ao que tudo indica, houve uma clara cisão entre os índios em dado momento da sublevação. Embora os documentos não nos permitam precisar quando isto ocorreu, fato é que um grupo, certamente liderado pelo índio Manuel Lobato, discordava

das negociações que envolviam o retorno dos jesuítas à aldeia, adotando uma posição radical neste sentido. Contudo, ao considerarmos os rumos dos acontecimentos, parece claro que esta facção acabou sendo voto vencido nas decisões que se seguiram. Contrários a um acordo favorável à volta dos padres, os índios deste grupo não aceitaram a trégua proposta e deixaram o aldeamento, buscando apoio junto ao ouvidor Paschoal de Veras.

Apesar de sabermos muito pouco a respeito deste episódio, tal situação sugere que o grupo encabeçado por Lobato era minoritário, não possuindo tanta expressão política entre os aldeados quanto os seus adversários, mais afeitos à conciliação com os missionários. É possível, no entanto, que esta fosse mais do que uma discórdia momentânea, gerada no calor dos acontecimentos. Talvez ela remetesse a uma disputa que já existia na aldeia e que se acirrou diante do conflito.

Uma disputa, aliás, que provavelmente também girava em torno das posições de mando e de destaque em Reritiba. Quanto a isso, convém lembrar que o interesse dos aldeados em relação aos cargos de liderança nas missões por vezes motivou embates entre os diferentes grupos envolvidos. E, de fato, havia boas razões para tanto, já que as funções ligadas à administração temporal das aldeias não raro propiciaram regalias e concessões para os índios que as ocupavam, contribuindo significativamente para a constituição de uma elite indígena que se definia pelo cumprimento de seu papel enquanto intermediária da Coroa (ROCHA, 2013).

Em Reritiba, apesar de não sabermos muito sobre os índios que estavam à frente dos principais postos do aldeamento, existem referências quanto à hereditariedade do cargo de capitão-mor no século XVII⁵. Neste caso, embora seja difícil precisar se tal critério manteve-se relevante nos anos posteriores, este parece ser um indício de que havia uma determinada família ou grupo diretamente envolvido nos principais cargos na administração da aldeia. Se por um lado isto pressupunha um lugar privilegiado para esta facção no âmbito da comunidade indígena, por outro tal hegemonia corria sempre o risco de despertar a invidía de outros indivíduos que ambicionavam as regalias pertinentes aos postos de liderança. Esta diferença, tanto política quanto social, deve ter sido motor de disputas internas entre grupos específicos, além de guardar alguma relação com a revolta ocorrida em Reritiba.

Dentro deste quadro conflituoso, não seria descabido afirmar que a aproximação com o ouvidor geral do Espírito Santo, facilitada pelos quase quatro meses nos quais o aldeamento esteve sem a presença dos missionários, representou uma via através do qual o

⁵ DHBN, Rio de Janeiro, Vol..11, 1929, p.421-422.

grupo de Manuel Lobato visava concretizar as suas ambições políticas. Se realmente existia uma disputa pelo poder em Reritiba, parece claro que a intervenção de Paschoal de Veras fazia-se imprescindível para que o grupo legitimasse a posição cobiçada no âmbito da comunidade indígena, sendo uma forma de sobrepujar tanto a concorrência de seus adversários diretos quanto à interferência constante dos missionários. Com o apoio de uma das principais autoridades da capitania, o caminho para alcançar os mais prestigiados postos e ofícios no interior do aldeamento estaria aberto para esses índios e, ao que tudo indica, o ouvidor não mediu esforços afim de apoiá-los. De acordo com o Conde das Galvêas, então vice-rei do Brasil, Veras tinha uma grande parcela de responsabilidade pelo agravamento da revolta de Reritiba por ouvir e deferir os requerimentos dos índios com despachos favoráveis, “mandando registrá-los nas Câmaras da sua comarca e o que é mais grave cobrindo-os com um seguro em nome de V.M.”⁶. Ganhando contornos cada vez mais complexos, a revolta revelava ser bem mais do que um conflito entre missionários e índios.

Relações entre Reritiba e a sociedade envolvente

De fato, a intervenção do ouvidor denota que os interesses de pessoas de fora de Reritiba se faziam sentir no cotidiano do aldeamento, podendo ter influenciado a revolta e incidido sobre os seus rumos. No caso de Paschoal de Veras, as informações disponíveis não nos permitem chegar a uma conclusão definitiva quanto às reais intenções que o levaram a participar ativamente desta agitação. Mesmo assim, é possível refletir a este respeito. Um ponto muito importante a se considerar quanto a isto remete ao esforço empreendido por Veras a fim de proceder com a demarcação da comarca do Espírito Santo.

De acordo com uma determinação régia de 1732, que reconhecia as dificuldades provenientes da grande distância que havia entre o Rio de Janeiro e a capitania capixaba, ficou estabelecida a criação do cargo de ouvidor geral do Espírito Santo, o qual seria responsável por atuar não apenas nas vilas de Vitória e Guarapari, mas também nas de São Salvador e São João da Praia, localizadas na capitania da Paraíba do Sul⁷. A inclusão destas vilas à jurisdição da nova ouvidoria provavelmente estava relacionada à curta distância que as separavam do Espírito Santo, o que muito contribuía para a estreita ligação existente entre a Paraíba do Sul e o sul capixaba.

⁶ Arquivo Histórico Ultramarino, Espírito Santo, cx.03, doc.241.

⁷ “Determinação régia sobre a criação da ouvidoria geral do Espírito Santo em 1732”. In: PENNA, 1878, p.59.

Todavia, a dita ordem não foi colocada logo em prática, sendo que as demarcações referentes à nova comarca da capitania do Espírito Santo e de suas anexas tiveram início apenas quando Veras foi escolhido para o cargo. Incumbido da função de ouvidor geral em 1739, Paschoal de Veras se envolveu desde o princípio com este assunto, indo pessoalmente à vila de São Salvador para acompanhar a delimitação (RUBIM, 1861, p. 78-84). Certamente interessado em consolidar a sua autoridade sobre a jurisdição que lhe cabia, não seria inapropriado pensar que o mencionado ouvidor tenha encarado a Companhia de Jesus como um provável incômodo para as suas pretensões, o que se justificaria em razão da grande opulência gozada pelos jesuítas nas capitanias do Espírito Santo e da Paraíba do Sul.

Ao levarmos em conta que a Companhia eventualmente foi vista como uma ameaça pelas autoridades locais por acumularem grande influência nas esferas religiosa, econômica e política nas mais diversas partes da América portuguesa, inclusive no Espírito Santo (CONDE, 2011, p. 85), não haveria nada de surpreendente nisto. Detentores de terras vastíssimas e de mão-de-obra abundante, beneficiados por isenções de tributos e privilégios concedidos pela Coroa, além de contarem com frequentes e vultosas doações, os jesuítas constituíam uma força importante dentro da realidade colonial, esbarrando por vezes nos interesses das autoridades e dos colonos (ASSUNÇÃO, 2004).

Apesar do desempenho dos ouvidores gerais no Espírito Santo ainda ser um tema que demanda maior aprofundamento, tais considerações soam plausíveis quando estabelecemos um paralelo com a atuação destas autoridades em outras capitanias. Como a historiografia vem destacando nos últimos anos, o ouvidor geral, encarregado de aplicar a lei e da fiscalização dos funcionários responsáveis pelo governo e pela justiça, possuía uma esfera de atuação muito ampla, o que acabava por provocar conflitos, principalmente com outros agentes de governo. Isso fazia com que os ouvidores, em alguns casos, se intrometessem em questões que não eram de sua competência, acumulando atribuições não estipuladas para o cargo de acordo com o regimento, além de repetidas queixas pelos seus excessos (MELLO, 2013). No caso de Paschoal de Veras, o seu envolvimento nos conflitos referentes à posse da capitania da Paraíba do Sul aponta bem para isso. No final de 1739, consta que Veras deu apoio aos herdeiros do Visconde de Asseca contra os moradores da capitania que se rebelaram quanto a questão que envolvia a restituição da Paraíba do Sul aos antigos donos. De acordo com Penna, o ouvidor, ao enfrentar a resistência dos moradores da região, dissolveu a Câmara da vila de São Salvador e prendeu os seus membros com o auxílio de uma tropa. Em meio a esta contenda, inserida em um período no qual a região em questão foi marcada “por uma série de interferências régias, bem como de disputas políticas entre as principais famílias da região”, o ouvidor geral do Espírito Santo

foi criticado por ir além das suas funções, limitadas à correição das vilas sob a sua jurisdição (PENNA, 2014, p. 101). Posto isto, é possível que Veras tenha visto este conflito como uma oportunidade para afirmar a sua autoridade sobre a Paraíba do Sul justamente em um momento em que se esforçava para fazer valer a determinação que incluía as vilas desta capitania na jurisdição da ouvidoria do Espírito Santo.

A sua atuação também foi reprovada pelo Conde das Galvêas, vice-rei do Brasil, no ano de 1744. De acordo com o Conde, a tranquilidade que havia no Espírito Santo e na região de Jacobina, na Bahia, “se decompôs inteiramente depois que entraram os ministros que V.M. mandou para os dois lugares de corregedores que foram criados”. Detalhando os problemas recorrentes em tais locais desde a criação da ouvidoria, ele ressaltou que “tudo tem sido inquietações, desordens, pleitos, prisões, sequestros e arrematações de bens e o que mais, é que os acórdãos desta Relação de despachos do governo, ou são pouco atendidos, ou mal executados”. O vice-rei chega, inclusive, a considerar a criação destes cargos como um erro, pois em sua opinião a experiência havia mostrado que “criar ministros em partes tão remotas e distantes da capital, onde não podem chegar a coação, não servem de outra coisa que para a opressão dos povos e ruína dos vassalos”⁸.

A julgar por estes exemplos, parece claro que os excessos ocorreram com alguma frequência enquanto Veras esteve à frente do cargo. Desse modo, a ideia de que Paschoal de Veras visava atingir a Companhia de Jesus ao apoiar o grupo de índios liderado por Manuel Lobato parece, portanto, admissível. Dentro de um contexto de rivalidade entre as autoridades locais e a Companhia de Jesus, bem como de afirmação de sua autoridade, é bem provável que o envolvimento do ouvidor na revolta estivesse ligado à sua intenção de eliminar a grande influência exercida pela dita ordem em sua jurisdição. Além disto, a proximidade do ouvidor com moradores interessados em tirar proveito da mão-de-obra indígena sem os impedimentos impostos pelos missionários pode ter contribuído ainda mais para o seu envolvimento. Devem ter sido estes os motivos que abriram caminho para o apoio dado ao bando de Lobato, que retornou a Reritiba no dia 26 de janeiro de 1743 decidido a colocar em prática o que havia sido acordado com o ouvidor.

O que se viu a seguir foi uma verdadeira batalha no interior da aldeia. Os índios rebeldes, de volta à missão, não demonstraram qualquer respeito em relação aos jesuítas. Segundo consta, quando o padre Francisco de Lima havia terminado a missa e rezava o terço, vários tiros vindos do outro lado do rio anunciaram de forma hostil a chegada do grupo que tinha ido se entender com o ouvidor. Embora o missionário estivesse inteirado

⁸ Arquivo Histórico Ultramarino, Espírito Santo, cx.03, doc.241.

sobre o que acontecia, ele preferiu ignorar e seguir os seus afazeres religiosos. Porém, no momento em que ensinava a doutrina cristã na igreja, o padre foi interrompido pelos índios rebeldes. Tendo à frente três índios que portavam bastões que os reconheciam como os novos oficiais da aldeia, o grupo adentrou a igreja subitamente e se dirigiu ao altar, desprezando a cerimônia realizada pelo missionário. O padre Lima, na tentativa de prosseguir com a sua atividade, teria tomado o crucifixo em suas mãos e conclamado os presentes a beijarem a imagem de Cristo. De nada adiantou. Manuel Lobato impediu o andamento da cerimônia ao anunciar em alta voz que ele e os seus companheiros eram os novos oficiais providos por Veras. E isso não era tudo. Lobato e seus homens bradaram ainda que eles traziam ordens para retirar os jesuítas da aldeia. Mesmo diante da insistência para que as ordens fossem mostradas, eles se recusaram a apresentá-las, alegando que traziam as mesmas fechadas, pois seriam registradas posteriormente. No calor da discussão, não faltaram injúrias desferidas pelos rebeldes contra os missionários e a Companhia. Afrontado pela atitude do rebelde, o padre Lima teria quebrado o bastão de Lobato e mandado prendê-lo⁹. O conflito, então, estava armado.

Em apoio ao seu líder, o grupo impediu que Manuel Lobato fosse preso e em pouco tempo teve início um violento confronto entre estes índios e os escravos dos jesuítas. Contudo, os escravos dos padres levaram a melhor e forçaram os índios rebeldes a fugirem. Mas nem todos conseguiram escapar. Durante o combate, morreram os índios Ignacio e Manuel Lopes de Oliveira, que eram irmãos de dois dos líderes do motim: Bruno e Florentino. O outro irmão, João Lopes, acabou preso junto com outros indígenas que apoiavam Manuel Lobato. Com isso, o clima de tensão e de revolta rapidamente tomou conta de Reritiba. A agitação provavelmente foi impulsionada por simpatizantes da facção rebelde e por outros aldeados que devem ter se indignado ao testemunharem alguns de seus conterrâneos serem mortos ou presos a partir das ordens do padre Lima. Consta-se que, durante a confusão, a casa das provisões teria sido atacada e os mantimentos distribuídos entre aqueles que faziam parte da sublevação. Acuados, os missionários não tiveram alternativa: embarcaram em uma sumaca que se dirigia aos Goitacazes e deixaram Reritiba mergulhada no caos¹⁰.

Após ser comunicado sobre a situação através de uma carta enviada pelos missionários, o provincial Manuel de Siqueira, que se encontrava em Vitória, mandou requerer ao então capitão-mor do Espírito Santo, Domingos Navarro, a convocação da Junta das Missões. Na reunião, realizada no Colégio de Vitória em 28 de janeiro de 1744,

⁹ Arquivo Histórico Ultramarino, Espírito Santo, cx.03, doc.239.

¹⁰ Arquivo Histórico Ultramarino, Espírito Santo, cx.03, doc.241.

ficou decidido de forma unânime que o capitão-mor auxiliar seria enviado juntamente “com a infantaria, ordenanças e o mais que fosse necessário” para prender os líderes do motim de Reritiba e restituir aos padres a administração do aldeamento. No entanto, nada foi cumprido.

Alguns dias depois da reunião da Junta, quando o provincial havia partido rumo ao Rio de Janeiro, o capitão-mor deixou de executar o que tinha sido estabelecido. Diante desta clara apatia, o padre Julio de França, que era reitor do Colégio de Santiago no Espírito Santo e que representava o provincial na sua ausência, ainda insistiu para que o capitão colocasse em prática as deliberações da Junta, tendo comparecido em sua casa por duas vezes. Tudo foi em vão. Sem alternativa, o padre enviou um requerimento diretamente ao rei, relatando os problemas de Reritiba e queixando-se do capitão-mor. Solicitando uma solução, França anexou ao requerimento o acórdão da Junta e a provisão régia “que manda que as missões da Companhia sejam conservadas na sua posse e administração temporal e espiritual”¹¹.

Desta vez a resposta não tardou. Informado sobre o problema e ciente da gravidade da situação, o Conde das Galvêas, passou, por intermédio da Mesa do Paço, uma provisão ao ouvidor do Espírito Santo ordenando a realização de uma devassa sobre a revolta e também que fossem presos, “até o número de 6”, os líderes da sublevação. O vice-rei determinou ainda que a aldeia retornasse à tutela dos inacianos, “reduzindo tudo ao estado anterior”. Para garantir o devido cumprimento de suas ordens, ficou decidido que os capitães-mores do Espírito Santo e dos Goitacazes fornecessem toda a ajuda necessária¹². Evidencia-se, portanto, que a restauração da paz e o fim das inquietações eram questões urgentes, demandando então ações imediatas para evitar que a situação saísse de controle completamente.

Se por um lado o vice-rei não mediu esforços para acabar com o problema, por outro ele não poupou o capitão Navarro de críticas quanto a sua falta de cooperação durante o conflito. De acordo com o Conde, Navarro “obrou tão frouxa e inadvertidamente na execução do termo que se fez na Junta das Missões”, que sequer lhe deu conta do que ocorria na aldeia, se escusando totalmente de sua obrigação¹³. Diante de tão notória insatisfação demonstrada em relação à atitude de Navarro, a impressão que fica é a de que o vice-rei chegou inclusive a desconfiar da boa-fé do capitão.

¹¹ Arquivo Histórico Ultramarino, Espírito Santo, cx.03, doc.241.

¹² Arquivo Histórico Ultramarino, Espírito Santo, cx.03, doc.241.

¹³ Arquivo Histórico Ultramarino, Espírito Santo, cx.03, doc.241.

De fato, esta não chega a ser uma possibilidade descabida. Ao levarmos em conta a omissão e o descaso demonstrados pelo capitão-mor, há boas razões para se levantar suspeitas quanto as suas intenções. Pode ser que Navarro, assim como o ouvidor Veras, enxergasse a continuidade da revolta indígena como uma forma de atingir o poder da Companhia de Jesus. É provável que a influência dos jesuítas tenha igualmente esbarrado nos interesses e na autoridade do capitão Domingos Navarro, representando um incômodo. É possível até que Navarro, assim como foi dito em relação a Veras, mantivesse estreitas relações com moradores interessados em se valer do trabalho indígena mais livremente. Neste caso, talvez não seja apenas uma coincidência que o ouvidor-geral do Espírito Santo e o capitão-mor da mesma capitania, duas das principais autoridades da localidade, fossem apontados como grandes responsáveis pelo agravamento da situação em Reritiba. Pode ser que ambos tivessem objetivos semelhantes, estando do mesmo lado neste episódio.

Obviamente, as ditas autoridades não eram as únicas interessadas nos rumos da sublevação. Segundo as investigações que buscaram apurar o conflito, diversas pessoas de fora do aldeamento mantinham contato direto com os indígenas e tentavam influenciá-los. Os principais acusados de estimular os índios a realizarem o motim eram os moradores da vila de Guarapari, vizinha à Reritiba, além de um mulato chamado José de Passos, “soldado desertor da praça da Bahia” e que vivia refugiado no aldeamento de Guarulhos, administrado pelos padres capuchinhos nos Goitacazes¹⁴.

As razões para que fizessem isso, porém, não ficaram claras na averiguação. Mesmo assim, a julgar pela realidade socioeconômica da capitania capixaba no século XVIII, não é difícil concluir que as suas ambições estavam direcionadas principalmente para a exploração do trabalho dos índios aldeados. É bem provável que os moradores de Guarapari, afligidos pelas dificuldades típicas de uma região periférica na América portuguesa, encarassem a mão-de-obra indígena como a alternativa mais barata e viável para tocar o trabalho em suas propriedades, representando um alívio para as intempéries cotidianas. Há de ser dito, porém, que o acesso dos colonos aos indígenas foi sempre limitado e condicionado pelos missionários que administravam a aldeia, fato que deve ter provocado divergências ao longo do tempo. Embora esta disputa já fosse o suficiente para despertar a animosidade dos colonos em relação aos jesuítas, não podemos esquecer ainda que a prosperidade da Companhia de Jesus contrastava, e muito, com a situação por vezes precária dos moradores vizinhos à Reritiba, o que apenas contribuía para inflamar os ânimos (CONDE, 2011, p. 107). Tendo isto em vista, é plausível supor que o apoio dos colonos aos rebeldes constituía

¹⁴ Arquivo Histórico Ultramarino, Espírito Santo, cx.03, doc.253.

não somente uma resposta à rivalidade que havia com os inacianos, como também uma maneira de eliminar as restrições existentes quanto ao acesso à mão-de-obra indígena.

Ao considerarmos a participação dos colonos na revolta, não é difícil presumir que múltiplos e variados interesses convergiam em direção ao conflito. Parece claro que as interações entre a aldeia e a sociedade envolvente eram significativas, reforçando a ideia de que as povoações indígenas, ao invés de reclusas e isoladas, constituíam espaços passíveis de relações e contatos diversos. Sobre isso, é interessante observar que o relacionamento entre colonos e índios muito provavelmente não era recente ou circunstancial. Nunca é demais lembrar que, desde os primórdios da colonização, os moradores vizinhos a Reritiba se inseriram em disputas em torno da mão-de-obra dos aldeados, situação semelhante nas demais aldeias da capitania. Nas fazendas localizadas nos arredores, os índios que para lá se dirigiam de certo interagiam com os colonos, abrindo espaço para que eles conhecessem costumes, práticas e formas de vida diferentes do cotidiano regrado que os missionários tentavam impor no aldeamento. Isso certamente favorecia a influência dos moradores sobre os índios, o que nos leva a crer que tanto a aldeia de Reritiba, quanto os rumos da revolta indígena estavam diretamente relacionados com a interação que os aldeados mantinham com os colonos.

Apesar do caos e dos problemas que assolavam Reritiba, as providências foram tomadas. Segundo uma consulta do Conselho Ultramarino de 1746, o bacharel João Alvares Simões ficou encarregado de devassar a sublevação de Reritiba no ano anterior. Apurando as diversas ocorrências que tiveram vez na aldeia desde o início das agitações, Simões procurou identificar os líderes da revolta e punir todos aqueles que fossem considerados responsáveis pelos problemas. Na tentativa de pacificar o aldeamento o mais rápido possível, Simões expulsou da missão vários índios que participaram da revolta. Alguns, inclusive, tiveram seus destinos encaminhados para muito longe de Reritiba¹⁵. De acordo com a devassa consultada por Lamego (1913, p.69), os principais cabeças da sublevação, os índios Manuel Lobato e João Lopes, foram deportados para a Colônia de Sacramento.

Extirpar os líderes por trás das agitações era não apenas uma maneira de aplicar um castigo exemplar, mas também de desagregar facções consideradas rebeldes ou perigosas. Diante destas medidas, a situação não tardou a ser controlada, o que possibilitou, em seguida, que os padres retornassem ao aldeamento. Após alguns anos, finalmente parecia que a tranquilidade havia sido restaurada.

¹⁵ Arquivo Histórico Ultramarino, Espírito Santo, cx.03, doc.253.

Orobó, reduto dos índios rebeldes

A paz, porém, parecia difícil de ser alcançada, uma vez que o sossego em Reritiba foi atingido novamente pouco depois da resolução de Simões. Em curto espaço de tempo, a sucessão dos acontecimentos confirmaria que incentivos externos incidiram sobre a insurreição indígena contra os missionários. Como bem observaram os membros do Conselho Ultramarino, apesar da devassa levada a cabo por João Simões ter punido os índios rebeldes, ela não atingiu os indivíduos de fora do aldeamento que tiveram algum tipo de participação ou influência na sublevação. Simões dizia que não possuía ordens para tanto, embora vários dos envolvidos fossem conhecidos, a exemplo de moradores da vila de Guarapari e do mulato José de Passos. Excluídos do rol dos pronunciados, estes sujeitos provavelmente continuaram a intervir junto aos aldeados quando a devassa foi encerrada. Apesar de ser difícil determinar de que maneira isto se deu, fato é que após o retorno de Simões para o Rio de Janeiro, os distúrbios reiniciaram em Reritiba. Consta-se que os índios, apoiados por pessoas de fora do aldeamento, desprezaram “todas as cautelas e providências” estabelecidas pela diligência anteriormente realizada, retomando a revolta¹⁶. Inclusive, alguns do que tinham sido expulsos do aldeamento acabaram retornando. Os tempos eram turbulentos outra vez.

As informações sobre este momento, no entanto, são escassas. Apesar da ausência de detalhes sobre o desenrolar desta agitação, o que se sabe é que o novo levante dividiu os índios: enquanto a maior parte dos aldeados permaneceu em Reritiba sob a tutela dos padres, um grupo significativo rumou em direção a terras próximas, situadas ainda nos domínios pertencentes à missão e constituíram ali uma povoação que viria a ser conhecida como Orobó¹⁷. Ao que tudo indica, os rebeldes foram liderados por Manuel Lopes, pai de alguns indivíduos que estiveram envolvidos com a revolta desde o início. De acordo com a devassa transcrita por Lamego (1913, p. 69), Manuel Lopes, que assistiu a morte de dois de seus filhos durante os conflitos ocorridos em Reritiba, teria se dirigido para Orobó acompanhado de sua família e dos índios que decidiram segui-lo. A nova povoação não estava muito distante de Reritiba; na verdade, apenas duas léguas a separava de Orobó, situada nas cabeceiras do rio Reritiba e adjacente ao mar. A proximidade física, no entanto, contrastava com as tensas relações que mantiveram desde então. Abria-se um novo capítulo nesta história.

¹⁶ Arquivo Histórico Ultramarino, Espírito Santo, cx.03, doc.253.

¹⁷ Arquivo Histórico Ultramarino, Espírito Santo, cx.03, doc.300.

No que diz respeito à sedição que deu origem a Orobó, parece claro que ela contrapôs dois posicionamentos distintos que entraram em choque em meio às disputas pelo poder no interior da aldeia. Enquanto os índios mais afeitos ao entendimento com os missionários, que deviam incluir aqueles que ocupavam postos na administração da aldeia e os da sua parcialidade, permaneceram em Reritiba, os que eram favoráveis à ruptura com os padres rumaram para a nova localidade. Apesar deste não ser o plano original, é bem provável que estes últimos, em sua maioria indivíduos que participaram das agitações iniciais, tenham visto a nova povoação de Orobó como uma oportunidade de viverem mais livremente e sem se sujeitarem à disciplina que os inácianos se esforçavam para fazer valer no aldeamento. Além disto, convém não esquecer que para os líderes da revolta esta era a possibilidade de se colocarem à frente da nova povoação e de obterem, ao menos parcialmente, o reconhecimento político que eles tanto almejavam. Assim, diante dos sérios conflitos e da dificuldade em apaziguar os ânimos, o rompimento era uma via que naquela altura mostrava-se inevitável.

A situação era ainda mais grave neste sentido por conta da atuação dos moradores que viviam nos arredores de Reritiba, acusados de serem incentivadores da sublevação. Na perspectiva dos colonos, a criação de Orobó de certo foi vista com bons olhos. Sem o controle dos jesuítas, não há dúvidas de que o acesso dos mesmos à mão-de-obra indígena tornou-se muito mais fácil, passando a depender unicamente da negociação direta com os próprios índios. Um resultado satisfatório, portanto, para quem tinha a intenção de tirar proveito do trabalho dos aldeados. No fim das contas, embora não tenham estabelecido o controle sobre Reritiba, a pressão exercida ao menos garantiu que os interesses dos rebeldes e dos moradores envolvidos fossem em parte atendidos através da formação de Orobó.

Como era de se imaginar, as relações entre Reritiba e Orobó foram, desde o princípio, conflituosas. De acordo com uma consulta do Conselho Ultramarino, os índios de Orobó incomodavam frequentemente o aldeamento de Reritiba com “ciladas, roubos e outras insolências”, tendo sido sempre inúteis os esforços empreendidos pelos missionários no sentido de convencer os rebeldes a interromperem as hostilidades¹⁸. Esgotadas as tentativas de paz, o padre superior de Reritiba teria mandado vir de Vitória duas peças de artilharia com o objetivo de garantir a defesa da aldeia contra possíveis ataques dos rebeldes, o que deixa claro que para os que viviam na aldeia este foi um período marcado por um forte clima de tensão e insegurança (LAMEGO, 1913, p. 70).

¹⁸ Arquivo Histórico Ultramarino, Espírito Santo, cx.03, doc.253.

Embora estes esforços de paz tenham fracassado, eles não eram sem motivo. Com suas tentativas, os padres buscavam eliminar não só as ofensas constantes, como também o mau exemplo que Orobó oferecia aos aldeados: um espaço onde os índios poderiam viver sem a influência dos padres e segundo as suas próprias vontades. Justamente por isso, reintegrar os rebeldes e acabar com esta experiência faziam-se urgente a fim de evitar que mais índios desertassem e ameaçassem o projeto missionário.

A preocupação era justificada. Desde o início do levante, Reritiba sofreu um significativo decréscimo populacional. De acordo com a documentação consultada por Serafim Leite (2000, p. 149), o número de habitantes deste aldeamento em 1739, às vésperas da revolta, era de 1087 indígenas. Este índice caiu para pouco mais de 900 em 1743, quando a rebelião já havia eclodido. Embora não tenham sido localizados dados populacionais para os anos seguintes, não seria estranho se o número de habitantes tiver decaído ao longo do tempo em que a revolta se intensificou. Dentre os índios que deixaram Reritiba e que aos poucos foram excluídos da dita contagem podemos incluir aqueles que optaram por abandonar a aldeia diante do conflito, os que foram expulsos da povoação por ocasião da devassa e também os rebeldes que se estabeleceram em Orobó. Um duro golpe, portanto, para um dos aldeamentos mais populosos da capitania do Espírito Santo e dos arredores.

As consequências deste declínio populacional devem ter sido imediatas. Além de ter prejudicado o fornecimento de aldeados para o cumprimento do real serviço e também para o trabalho que os índios desempenhavam a mando dos jesuítas, tal situação pode ter atingido a produção e a sustentação da própria aldeia. Em meio às hostilidades movidas pelos rebeldes e à diminuição no número de braços disponíveis para o trabalho, é possível que as roças do aldeamento tenham sido comprometidas, provocando sérios problemas de abastecimento. Para remediar a fome, o Colégio de Vitória deve ter socorrido Reritiba com alguma frequência a fim de evitar o pior. O gado privativo da aldeia, importante fonte de rendimentos, também pode ter sido afetado. Segundo os dados da Companhia, Reritiba possuía 24 cabeças de gado em 1739, tendo obtido com a atividade pecuária um saldo positivo de 145 escudos romanos (LEITE, 2000, p. 149).

Apesar de não dispormos de maiores informações, é possível que após o início da revolta tenha havido uma queda nestes números como um reflexo dos problemas nos quais a aldeia estava mergulhada. A situação difícil que se deu em Reritiba desde o início da revolta, de certo se agravou ainda mais quando houve a separação que resultou na povoação de Orobó. A recuperação, como não poderia deixar de ser, provavelmente foi lenta e gradual.

Em Orobó, os índios liderados por Manuel Lopes e os seus filhos viviam como bem queriam, mantendo-se insubmissos tanto às autoridades coloniais quanto aos padres da

Companhia de Jesus. Na verdade, a localização geográfica da povoação muito favorecia os rebeldes. Situada em um vale cercado por morros, Orobó permitia que os seus habitantes tivessem grande controle em relação aos acessos que levavam à região, fossem eles por terra ou pelo litoral. Além disso, esta era uma área difícil de penetrar, razão pela qual se destacava a necessidade de se utilizar índios de Reritiba, conhecedores daqueles matos, para combater Orobó.

Segundo consta em uma carta do então ouvidor Bernardo Gouveia em 1750, os índios rebeldes, que naquela altura já estavam há mais de seis anos separados de Reritiba, impediam a entrada de qualquer autoridade no sítio de Orobó. Segundo relatou, os líderes da povoação não permitiram nem mesmo o Bispo, “querendo fazer-lhes visita e crisma”, entrar em Orobó¹⁹. O religioso teria sido recepcionado com os índios em armas e prontos para atacar, o que o obrigou a desistir da empreitada. O mesmo deve ter acontecido com os emissários enviados pelo ouvidor. De acordo com Gouveia, os índios se recusavam a obedecer às ordens que ele mandava, seja para que cumprissem o real serviço ou para que retornassem à Reritiba. Sem contar com qualquer direção espiritual e obedecendo apenas ao governo de Manuel Lopes, classificado como absoluto pelo ouvidor, os índios de Orobó não seguiam os sacramentos ou a doutrina cristã, o que provavelmente abriu o caminho para diversas práticas desviantes.

Aparentemente, os únicos que tinham acesso à povoação eram os colonos. Segundo Gouveia, Orobó converteu-se em um ponto de passagem e refúgio para criminosos da comarca, o levando a considerar que estes indivíduos pudessem ser os responsáveis pela desobediência demonstrada pelos índios. A este respeito é importante reforçar que os índios agiam conforme as suas motivações e aos seus interesses. No entanto, não podemos descartar a influência que os moradores exerciam a partir da interação cotidiana. Neste sentido, embora o ouvidor não forneça maiores detalhes sobre os criminosos, não seria descabido pensar que ele estivesse se referindo também aos colonos que mantinham relações próximas com os índios e apoiavam a existência de Orobó.

Longe de estar isolada, a dita povoação contou com a circulação de indivíduos que buscavam um esconderijo, talvez até escravos fugidos, colonos interessados em tirar proveito do trabalho dos índios ou mesmo comerciantes que forneciam produtos aos seus habitantes. Para o ouvidor, porém, Orobó era um exemplo pernicioso a ser evitado e que deveria ser destruído. Encarando os índios da povoação como inúteis para os propósitos da colonização, Gouveia recomendou que uma diligência, composta por soldados e índios da

¹⁹ Arquivo Histórico Ultramarino, Espírito Santo, cx.03, doc.300.

aldeia de Reritiba, recrutados por serem práticos nos matos onde estava Orobó, fosse enviada para subjugar os revoltosos e reintegrar os indígenas de volta ao aldeamento²⁰.

O ouvidor não era o único a rezear quanto aos rumos da revolta. Entre as autoridades, a exemplo do que ocorria junto aos jesuítas, havia grande preocupação de que a revolta servisse como exemplo e inspiração para as demais aldeias, o que poderia significar a eclosão de novos levantes. Os membros do Conselho Ultramarino não deixaram de considerar esta possibilidade, razão pela qual recomendavam atenção ao caso²¹.

O Conde das Galvêas também manifestou o seu incômodo. Na sua visão, fazia-se urgente pôr fim à agitação, pois se ela continuasse facilmente poderia ocorrer o “contágio às demais aldeias”. Para ele, o problema estava não apenas na perda dos inúmeros serviços prestados pelos índios aldeados, mas também nos perigos que as aldeias, “muitas das quais numerosas”, poderiam oferecer aos interesses da colonização. O medo era de que os índios, que sempre se “conservaram em temor e obediência”, saíssem do controle, espalhando desordem e conflitos. O vice-rei chegou a considerar, inclusive, a possibilidade de que os aldeados, “os antemuros do gentio bárbaro”, se aliassem aos índios bravios que “infestavam” os dilatados sertões da América portuguesa. Na sua visão, isto representaria um verdadeiro entrave para a colonização, já que os portugueses se envolveriam em uma guerra “ainda mais arriscada do que a dos Palmares, em Pernambuco”²². Embora não tenha chegado a tanto, a criação de Orobó certamente foi o que mais se aproximou do que eles temiam. Sem prestar qualquer obediência aos missionários ou às autoridades, a dita povoação ia contra os pressupostos da política colonial, a qual pretendia converter os índios em súditos cristãos da Coroa portuguesa. Em nome da preservação da hierarquia social e da ordem colonial os índios de Orobó precisavam ser detidos.

Repercussão e desdobramentos da Revolta

Diante da ausência de fontes, é difícil precisar o que ocorreu com Orobó nos anos seguintes. É possível que a expulsão dos jesuítas e a adoção da política indigenista pombalina a partir de 1758, que converteu Reritiba em vila conforme o Diretório, tenha

²⁰ Arquivo Histórico Ultramarino, Espírito Santo, cx.03, doc.300.

²¹ Arquivo Histórico Ultramarino, Espírito Santo, cx.03, doc.253.

²² Arquivo Histórico Ultramarino, Espírito Santo, cx.03, doc.241.

facilitado uma reconciliação, visto que as referências à Orobó desaparecem²³. Mesmo assim, podemos acompanhar os desdobramentos imediatos da sublevação.

De fato, como muitos receavam, não demorou até que a revolta ocorrida em Reritiba influenciasse os aldeamentos vizinhos. Segundo observou o Conde das Galvêas em 1744, os ecos da sublevação já se faziam sentir nas aldeias de Reis Magos e de São Pedro, onde os índios mostravam-se cada vez mais dispostos a realizar agitações semelhantes²⁴. Dois anos depois, uma consulta do Conselho Ultramarino dava conta que os índios das mencionadas aldeias lembravam recorrentemente do sucesso de Reritiba quando os missionários tentavam repreendê-los ou castigá-los²⁵, um claro indício de que o motim se converteu não apenas em um perigoso exemplo a ser evitado, como também em um importante instrumento de ameaça através do qual os aldeados buscavam intimidar os padres das povoações a fim de concretizarem as suas demandas e os seus interesses. Quanto a isto, cabe destacar que enquanto a memória concernente à revolta de Reritiba manteve-se viva, é bem provável que ela tenha sido explorada pelos índios em suas negociações cotidianas com os padres, funcionando como um notório aviso de que uma nova sublevação poderia ocorrer em caso de insatisfação.

Assim sendo, mais uma vez parece evidente que a relação entre os missionários e os aldeados estava longe de se limitar a uma simples imposição. Ao invés de meros objetos da evangelização, cabe observar que os índios das missões não deixaram de interagir com a administração levada a cabo pelos padres, o que implica dizer, portanto, que as suas ações incidiram diretamente sobre os rumos das aldeias.

Contudo, não foram apenas as ameaças que atormentaram os missionários e as autoridades coloniais. Passados alguns anos, a aldeia de Santo Inácio dos Reis Magos, que juntamente com Reritiba eram as principais missões da capitania do Espírito Santo, atravessou um momento turbulento após o início de uma grave revolta realizada pelos índios. As razões para o distúrbio, ao que tudo indica, não foram muito diferentes de sua congênere capixaba. Em um ofício de maio de 1755, o governador interino da capitania do Rio de Janeiro, José Antônio Freire de Andrade, ressaltou que havia uma significativa animosidade dos aldeados em relação aos missionários. De acordo com Andrade, além de um atrito envolvendo os habitantes do aldeamento e um padre ter abalado o cotidiano da povoação, os índios mostravam-se cada vez mais insatisfeitos com as imposições dos religiosos, que os faziam trabalhar pesadamente para cobrir as despesas da missão. Muitos,

²³ Sobre a aplicação da política indigenista pombalina no Espírito Santo, ver: MOREIRA, 2016, p.239-259.

²⁴ Arquivo Histórico Ultramarino, Espírito Santo, cx.03, doc.241.

²⁵ Arquivo Histórico Ultramarino, Espírito Santo, cx.03, doc.253.

aliás, fugiam da aldeia por não suportarem os rigores do dia-a-dia. Consta que um grande número de índios andava disperso pelas capitânicas do Espírito Santo e de Minas Gerais, razão pela qual os capitães dos distritos foram instruídos a reconduzirem os aldeados de volta à povoação²⁶.

Como bem observou Saint-Hilaire (1936, p. 139-140) em sua viagem pelo Espírito Santo no século XIX, a insatisfação dos índios em relação aos padres que administravam a aldeia de Reis Magos era antiga. Colhendo informações junto aos indígenas que viviam na Vila Nova de Almeida, assim chamada após a conversão em vila nos moldes do Diretório, Saint-Hilaire anotou que por volta de 1720 o descontentamento dos índios em relação às regras severas dos jesuítas, as quais alimentavam a ideia de uma rebelião, culminou com o encaminhamento das queixas ao governador da Bahia, que obrigou os jesuítas a darem mais liberdade aos aldeados. A determinação, porém, não foi seguida por muito tempo.

Como se não bastasse, a situação era agravada ainda pela influência exercida pelos moradores vizinhos à aldeia. Assim como ocorreu em Reritiba, o governador relatava que existiam indivíduos de fora da povoação que induziam os índios a se sublevarem e a fugirem. Em sua visão, tais pessoas estavam interessadas, acima de tudo, em se servirem mais livremente dos aldeados, sem os limites impostos pelos missionários. Para muitos índios, no entanto, a vida nas fazendas dos colonos parecia bem mais atrativa por remeter a um cotidiano de maior liberdade, seja de trânsito ou de costumes, e menos sujeito à vigilância imposta pelos missionários. Insatisfeitos com este quadro cada vez mais complicado, os índios da aldeia de Reis Magos, provavelmente incentivados pelo exemplo de Reritiba, iniciaram um motim.

Na verdade, não há muitas informações sobre o andamento desta revolta. Sabe-se que o levante ocorrido na aldeia de Reis Magos teve início por volta de 1752 e que ele ainda acontecia no ano de 1755, quando o missionário Ignacio de Leão escreveu uma carta ao governador do Rio de Janeiro informando sobre os problemas pertinentes às missões da Companhia. Sob a liderança de José da Rocha, um índio do aldeamento “que os rebeldes de seu moto próprio elegeram por seu governador”, a insurreição teria expulsado da povoação, além dos missionários, todos os oficiais indígenas que serviam aos padres, bem como as suas respectivas famílias²⁷. Perseguidos e desamparados, estes índios buscaram abrigo em Reritiba, onde os jesuítas já se inquietavam com os conflitos causados pelos habitantes de Orobó.

²⁶ Arquivo Histórico Ultramarino, Rio de Janeiro, cx. 79, doc. 18291-98.

²⁷ Arquivo Histórico Ultramarino, Rio de Janeiro, cx. 79, doc. 18291-98.

O padre relatou também que os indígenas, influenciados pelos moradores brancos vizinhos, se negavam a obedecer ao missionário, que diziam ser um mero capelão. Contudo, é bem provável que as ações dos índios fossem bem mais do que o resultado de uma indução externa. Ao invés da mera reprodução de uma retórica tão presente em diversos documentos desta época, os quais apresentavam os índios como indivíduos passivos e sujeitos à vontade dos outros, é preciso o cuidado de considerar que os aldeados não deixaram de agir levando em conta os seus próprios interesses. As dificuldades cotidianas enfrentadas pelos índios durante a administração dos jesuítas e os atritos que permeavam o relacionamento com os padres muito nos ajudam a entender a hostilidade dos aldeados.

Após a eclosão da revolta, muita coisa mudou. A aldeia de Reis Magos era dirigida pelo índio José da Rocha, homem qualificado como violento e despótico por Ignacio Leão. Desde que ele passou a governar o aldeamento, as relações e os contatos dos moradores com os índios tornaram-se cada vez mais intensos. Sem a vigilância dos missionários, os índios passavam a maior parte do tempo pelas casas e fazendas dos colonos que viviam nas redondezas, sendo recorrente o casamento entre os aldeados e os escravos dos senhores²⁸. Sobre a relação envolvendo os índios e os colonos, aliás, há de se dizer que ela certamente era uma via de mão dupla, indo além da mera exploração da mão-de-obra indígena por parte dos proprietários de terras. Como também deve ter ocorrido em Reritiba, aqui é possível depreender que o trabalho nas fazendas representava para os índios não apenas a chance de obter maiores pagamentos pelos seus jornais e evitar a exploração, mas a oportunidade de experimentar uma sociabilidade que os padres se esforçavam em limitar.

Houve grande dificuldade para que o conflito fosse solucionado. Ignacio Leão queixava-se da omissão dos capitães-mores do Espírito Santo, destacando que os mesmos, apesar de estarem cientes de tudo o que ocorria, nada faziam para remediar os problemas. Quanto a isto, embora o missionário tenha cogitado a falta de poderio ofensivo como explicação para a passividade dos capitães frente ao levante, ele também não descarta que a intenção das autoridades militares tenha sido a de evitar desagradar os moradores que viviam nas proximidades do aldeamento. Na verdade, é possível que as duas possibilidades sejam condizentes com a realidade. Primeiro porque não podemos esquecer que Reis Magos, assim como Reritiba, era uma aldeia populosa e que tinha a defesa como uma de suas principais finalidades desde o momento em que foi constituída. Isto significa dizer que os indígenas provavelmente possuíam um significativo potencial ofensivo e representavam uma ameaça para as forças militares que tinham a intenção de combatê-los. Havia, portanto,

²⁸ Arquivo Histórico Ultramarino, Rio de Janeiro, cx. 79, doc. 18291-98.

razões indiscutíveis para que os capitães se sentissem receosos em combater os índios, o que nos leva a pensar que talvez não fosse apenas o Conde das Galvêas que tivesse o medo de ver a revolta dos índios se converter em uma ameaça comparável à de Palmares. Em segundo, é bem provável que várias autoridades militares tenham mantido relações próximas com determinados moradores, possivelmente até alianças, o que ajudaria a entender a convivência dos capitães com a revolta e com o uso da mão-de-obra dos aldeados por parte dos colonos. A combinação destes fatores certamente contribuiu para que a rebeldia, que tanto ameaçava a ordem colonial, se mantivesse.

Assim como se viu em Reritiba, tratava-se, afinal, de uma situação complexa, na qual os diferentes agentes sociais envolvidos buscavam atender aos seus próprios interesses. Atormentada por revoltas nas suas principais aldeias, tudo leva a crer que a capitania do Espírito Santo enfrentava as consequências de um processo de desgaste e de crise da prática missionária, que talvez se explique pela crescente incompatibilidade entre os interesses dos índios aldeados e a direção levada a cabo pelos jesuítas nas povoações.

Considerações finais

É difícil determinar com exatidão o alcance do movimento iniciado na aldeia de Reritiba em 1742, mas é possível que a sua repercussão tenha se estendido para além dos limites do Espírito Santo. Um indicativo a este respeito consta em uma carta escrita em 1755 por Felix Xavier, então reitor do Colégio dos Jesuítas. Nesta, o padre dava conta que um grande número de índios de quatro aldeias do Rio de Janeiro – São Lourenço, São Barnabé, São Pedro de Cabo Frio e São Francisco Xavier de Itaguaí – havia fugido em direção às casas dos moradores vizinhos, razão pela qual estas povoações encontravam-se em franca decadência. Neste caso, embora as especificidades pertinentes ao contexto em que elas estavam inseridas não possam ser desprezadas, chama muita atenção o fato desta carta estar anexada a um ofício do governador interino do Rio de Janeiro que tratava com preocupação sobre as sublevações ocorridas em Reritiba e Reis Magos²⁹. Ao levarmos isto em conta, não seria descabido pensar que estas deserções tenham sido influenciadas de alguma maneira pelos levantes indígenas do Espírito Santo. É importante lembrar que o contato entre as aldeias foi quase sempre uma realidade durante o período colonial, de modo

²⁹ Arquivo Histórico Ultramarino, Rio de Janeiro, cx. 79, doc. 18291-98.

que, em muitos casos, esta comunicação era facilitada pela relativa proximidade entre as povoações e as relações de parentesco que havia entre os índios.

Se isto vale para a aldeia de Reis Magos, o mesmo pode ser dito em relação a de São Pedro. Além da proximidade com Reritiba, certamente existiam laços de parentesco que ligavam as duas aldeias, o que pode ser explicado pelo fato de São Pedro ter sido criada com um contingente indígena originário da dita aldeia capixaba. Dali, as notícias devem ter circulado até as demais missões do Rio de Janeiro, sugerindo então que a conexão entre os aldeamentos era maior do que se costuma imaginar. É difícil saber como as informações foram recebidas pelos índios, mas o exemplo de Reritiba pode ter contribuído para aumentar uma animosidade já existente entre os aldeados ou pelo menos por determinados grupos em relação aos padres, estimulando fugas.

A análise referente à revolta ocorrida em Reritiba evidenciou, portanto, que este aldeamento, ao invés de isolado e limitado aos desígnios dos padres, vivenciava na primeira metade do século XVIII um contexto marcado por divergências internas e influências de pessoas de fora. Em suma, ficou claro que as desavenças com os padres, os interesses motivados por questões políticas e as múltiplas relações sociais estabelecidas para além dos aldeamentos são aspectos essenciais para compreender o conflito apresentado. Longe de satisfazerem o ideal missionário que prezava pelo isolamento, os aldeados não deixaram de interagir com o mundo a sua volta, o que foi decisivo para os rumos de Reritiba e da revolta dos índios.

THE INDIAN REVOLT IN RERITIBA: CONFLICTS AND POLITICAL DISPUTES IN AN INDIAN VILLAGE OF ESPÍRITO SANTO (1742-1758)

Abstract: This article aims to analyze the Indian revolt that took place in the Indian village of Reritiba, Espírito Santo, in the middle of the 18th century. Considering the indigenous protagonism, the troubled relationship between the Indians and the missionaries, as well as the interaction between the Indian village and the surrounding society, it seeks to unravel the complex reality that led to the conflict.

Keywords: Indigenous revolt. Espírito Santo. Jesuits.

Referências

AGNOLIN, Adone. *Jesuítas e selvagens: a negociação da fé no encontro catequético-ritual americano-tupí* (século XVI – XVII). São Paulo: Humanistas Editorial, 2007.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

ALVEAL, Carmem. História e Direito: sesmarias e conflito de terras entre índios em freguesias extramuros do Rio de Janeiro (século XVIII). Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, UFRJ. Rio de Janeiro, 2002.

ASSUNÇÃO, Paulo. *Negócios jesuíticos: o cotidiano da administração dos bens divinos*. São Paulo: Edusp, 2004.

CASTELNAU-L'ESTOILE, Charlotte. *Operários de uma vinha estéril: os jesuítas e a conversão dos índios no Brasil (1580-1620)*. São Paulo: EDUSC, 2006.

CONDE, Bruno Santos. *Depois dos jesuítas: economia colonial no Espírito Santo (1750-1800)*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, UFES. Vitória, 2011.

EISENBERG, José. *As missões jesuíticas e o pensamento político moderno: encontros culturais, aventuras teóricas*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

LAMEGO, Alberto. *A Terra Goitacá à luz de documentos inéditos*. Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 1913.

LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Tomo VI, Rio de Janeiro, Belo Horizonte: Itatiaia, 2000.

MELLO, Isabele de Matos P. de. *Magistrados a serviço do rei: a administração da justiça e os ouvidores-gerais na comarca do Rio de Janeiro (1710-1790)*. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, UFF. Niterói, 2013.

MONTEIRO, John Manuel. O desafio da história indígena no Brasil. In: SILVA, Aracy Lopes da; GRUPIONI, Luis Donisete (org.). *A Temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus*. Brasília: MEC, MARI, UNESCO, 1995

MOREIRA, Vânia Maria Losada. Poder local e 'voz do povo': territorialidade e política dos índios nas repúblicas de maioria indígena do Espírito Santo, 1760-1822. *Tempo*, Niterói: EdUFF, v.40, 2016, p.239-259.

PENNA, Misael. *História da província do Espírito Santo*. Rio de Janeiro: Typographia de Moreira, Maximino & C., 1878.

PENNA, Patrícia. A Revolta de Benta Pereira: conflitos familiares e políticos em Campos dos Goitacazes em 1748. *Anais do IV Encontro Internacional de História Colonial*, Belém: Editora Açaí, v.12, 2014, p.101-107.

ROCHA, Rafael Ale. *A elite militar no Estado do maranhão: poder, hierarquia e comunidades indígenas (1640-1684)*. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, UFF. Niterói, 2013.

RUBIM, Braz da Costa. Memórias históricas e documentadas da província do Espírito Santo. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*, Rio de Janeiro, tomo XXIV, 1861.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Segunda viagem ao interior do Brasil: Espírito Santo*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936.

SOBRE O AUTOR

Luís Rafael Araújo Corrêa é doutorando em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF).

Recebido em 30/05/2017

Aceito em 08/07/2017